



Achaques de padres e opressão de proprietários: história social na narrativa em primeira pessoa em *Casa velha*, de Machado de Assis

Fathers' Tantrums and Owners' Oppression: Social History in the Narrative in the First Person in Casa Velha, by Machado De Assis

Gabriela Kvacek Betella

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, São Paulo / Brasil

kvacek.betella@unesp.br

<http://orcid.org/0000-0003-2977-132X>

Resumo: Notável pela inflexão na utilização de narradores em primeira pessoa, *Casa velha* comporta um apuro estrutural que se conecta à penetrante representação da sociedade brasileira do século XIX. O narrador protagonista alterna o registro de memórias com o discurso indireto livre para expressar a “alegria particular” das suas intenções narrativas, pretensões ideológicas e de ascensão social, enquanto revela a sua subordinação à ordem estabelecida na casa de D. Antônia, uma espécie de metáfora da ordem e dos recalques sociais brasileiros. Exploramos a voz de subordinado como ponto de vista e a intensidade da representação machadiana em diálogo com a história social.

Palavras-chave: Machado de Assis; Casa velha; ponto de vista.

Abstract: Notable as a tipping point in the use of first-person narrators, *Casa velha* has a structural refinement that is connected to the pervasive representation of Brazilian society in the 19th century. The protagonist alternates the recording of memories with free indirect speech to express the “particular joy” of his narrative intentions, ideological pretensions and social ascension, while revealing his subordination to the order established in D. Antônia’s house, a kind of metaphor order and Brazilian social repressions. We explore the subordinate’s voice as a point of view and the intensity of Machado’s representation in dialogue with social history.

Keywords: Machado de Assis; Casa velha; point of view.

1 Padres e pulinhos

Casa velha é uma história publicada entre 15 de janeiro de 1885 e 28 de fevereiro de 1886 na revista *A estação*. Trata-se da segunda narrativa de porte em que Machado de Assis utilizou a primeira pessoa ou, melhor dizendo, um narrador memorialista. Esse romance breve (como chamou Roberto Schwarz) ou novela (segundo classificação formal), produção situada entre as *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, apareceu pela primeira vez em vinte e cinco episódios no periódico ilustrado e retornou a público somente em 1944, em reimpressão integral graças aos esforços de Lúcia Miguel-Pereira. Despertado o interesse sobre o livrinho da Editora Martins, vários críticos foram seguindo a trilha aberta pelo aparecimento dessa “segunda” edição e pela introdução escrita por Miguel-Pereira, que considerou *Casa velha* uma obra menor de Machado (GLEDSON, 1986, p. 26-27). Nos anos de 1980, os trabalhos de John Gledson assinalaram a qualidade artística e a densidade histórico-sociológica da narrativa, além da intenção de alegoria política nacional e, sobretudo, a posição importante de elo na evolução da coerência do romance machadiano, antecipando conclusões de Roberto Schwarz, para quem *Casa velha* não deixa de ser o livro estratégico para estudar a transição para a fase dos grandes romances do escritor (SCHWARZ, 1999, p. 106 e 228).

Os narradores machadianos em primeira pessoa possuem conexões de representatividade social que ainda não foram exploradas completamente. Do ângulo de visão do defunto Brás Cubas em 1881 ao ponto de vista do velho Conselheiro Aires em 1904 e 1908, passando por Bento Santiago em 1899 e por alguns narradores protagonistas em contos de diversas coletâneas, os modos de enquadrar o narrado trazem uma determinada visão de mundo brasileiro do século XIX, porém colaboram para uma galeria absolutamente criativa e esteticamente coerente de figuras de uma obra que alcança níveis de percepção das atitudes humanas pouco vistos na literatura de sua época. Neste trabalho, investigamos uma vertente dessas capacidades por meio de um comportamento narrativo muito bem explorado pela crítica machadiana, porém colocamos em destaque um narrador menos comentado que, por um lado, não se envergonha do seu projeto inconcluso ligado à historiografia e, por outro, orgulha-se de recompor laboriosamente, em primeira pessoa, um curtíssimo período de sua mocidade, cobrindo tempo e espaço decisivos para suas memórias. A displicência pelo interesse coletivo

(a reflexão sobre a história imperial) e o interesse no destino individual (a mudança de posição social), definem a trama e o perfil do sujeito que conduz a narrativa. Um dos nossos objetivos é mostrar como esse ponto de vista limitado e, portanto, distorcido, pode definir um comportamento social do nosso passado, capaz de ajudar a compreender o presente.

O narrador de *Casa velha* não tem nome nem sobrenome, o que nos leva a pensar em excesso de discrição como característica do sujeito. Contudo, como se trata de um narrador machadiano, que compartilha características com personagens de outras obras do escritor, consideramos também a ausência de importância familiar e o insucesso na carreira eclesiástica como determinantes da anonimidade. Em primeira instância, ele é lembrado apenas pelo que conta e, como uma espécie de sentença. Sua identidade não permanece para a posteridade, não sobrevive ao narrado, não se enaltece com os fatos rememorados, como ocorre com outros memorialistas machadianos – Brás Cubas e Bento Santiago (narradores de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de 1881, e *Dom Casmurro*, de 1899), por exemplo, exageram na descrição de seus mundos particulares, exaltam suas origens e terminam as respectivas narrativas sem qualquer arrependimento ou confissão de suas torpezas, crueldades ou presunções¹.

Não menos arrogante que seus pares, Bentinho sexagenário finaliza seu relato com a conclusão vitimista, enaltecadora de si e promulgadora da condenação dirigida a Capitu e Escobar:

a minha primeira amiga e o meu maior amigo, tão extremosos ambos e tão queridos também, quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me... A terra lhes seja leve! Vamos à ‘História dos Subúrbios’.” (MACHADO DE ASSIS, 1992b, p. 944)

¹ Lembremos que o defunto Brás termina suas memórias com o capítulo “das negativas”, cujas últimas linhas servem-se de um aparente desprendimento que imediatamente se revela desprezo pelos outros e vanglória: “Não alcancei a celebridade do emplasto, não fui ministro, não fui califa, não conheci o casamento. Verdade é que, ao lado dessas faltas, coube-me a boa fortuna de não comprar o pão com o suor do meu rosto. Mais; não padeci a morte de Dona Plácida, nem a semidemência do Quincas Borba. Somadas umas coisas e outras, qualquer pessoa imaginará que não houve mingua nem sobra, e, conseqüentemente que saí quite com a vida. E imaginará mal; porque ao chegar a este outro lado do mistério, achei-me com um pequeno saldo, que é a derradeira negativa deste capítulo de negativas: — Não tive filhos, não transmiti a nenhuma criatura o legado da nossa miséria.” (MACHADO DE ASSIS, 1992d, p. 639)

A conclusão do livro de Bentinho carrega na frase de epitáfio² um modo de desejar aos mortos (“a primeira amiga” que se tornou esposa e o “maior amigo”) uma oportunidade de arrependimento após uma vida durante a qual teriam sido desleais com o narrador. Ao mesmo tempo, Bentinho não se furta de esconjuram a lembrança de Capitu e Escobar, aparentemente livrando-se do incômodo e partindo para nova empreitada, desta vez não como memorialista, mas julgando-se historiador. O narrador quase consegue esconder a perversão que inclui zombar dos mortos e perpetuar a sujeição daqueles que julga terem sido desleais.

Embora as memórias e a historiografia dividam as pretensões saltitantes de *Casa velha*, observamos um perfil diferente dos narradores machadianos dos romances em primeira pessoa. Ao invés de um velho e arrogante senhor da classe alta como Bento Santiago, como Brás Cubas ou como o Conselheiro Aires, um padre sem origens delineadas tenta lidar com o acanhamento de formação, com o desconforto das lembranças e com a situação da velhice. Há, contudo, uma proximidade entre o narrador de *Casa velha* e o sujeito condutor do relato de certos contos machadianos, como O enfermeiro (de *Várias histórias*, de 1896) ou Missa do galo (de *Páginas recolhidas*, de 1899), em que a aparente imperícia para lidar com fatos do passado esconde um inefável desejo de justificar decisões e atitudes que seguramente perturbaram por toda a vida os narradores menos notórios pela posição social. O ponto de vista em *Casa velha* tem algo de registro de contrição, de desejável publicidade de compunção, que daria ao caráter defeituoso uma compensação no final do percurso. Não se trata simplesmente de aceitação da diminuição social incorporada ao formato da narrativa (que, afinal de contas, não é um grande romance), mas de uma estratégia para conquistar o leitor.

Por meio da voz narrativa disposta como uma mínima moldura da história, a abertura da novela traz a autenticação do relato resumida numa frase, passando o comando ao narrador protagonista: “Aqui está o que

² A frase “A terra lhes seja leve”, no texto de Machado, se refere à sentença latina *Sit tibi terra levis*, normalmente usada nos túmulos na Roma e na Grécia antigas para oferecer aos vivos que choram a perda dos mortos um pouco de alívio à angústia de imaginar o cadáver coberto pelo peso da terra. Nesse sentido, a frase normalmente traduzida pela exclamação “Que a terra lhe seja leve!” serve mais ao conforto dos que sobrevivem aos mortos, pois, ao desejar um repouso sem opressão, os vivos concedem apenas a piedade aos possíveis culpados, mas não o perdão em caso de desafeto ou rompimento. Esse contexto sentimental define a posição de Bentinho na penúltima frase que encerra sua narrativa.

contava, há muitos anos um velho cônego da Capela Imperial” (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 998). A abertura também nos fornece uma dimensão de tempo, afastando em muitos anos a época da apresentação da narrativa do tempo da composição, mantendo no passado ainda mais distante o tempo dos fatos narrados. A partir da segunda frase, a narrativa é assumida pelo religioso praticamente desiludido com a própria falta de talento para décimas, sonetos, artigos em periódicos e sermões:

Tinha-me dado na cabeça escrever uma obra política, a história do reinado de D. Pedro I. Até então desperdiçara algum talento em décimas e sonetos, muitos artigos de periódicos, e alguns sermões, que cedia a outros, depois que reconheci que não tinha os dons indispensáveis ao púlpito. No mês de agosto de 1838 li as Memórias que outro padre, Luís Gonçalves dos Santos, o Padre Perereca chamado, escreveu do tempo do rei, e foi esse livro que me meteu em brios. Achei-o seguramente medíocre, e quis mostrar que um membro da igreja brasileira podia fazer cousa melhor. (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 998-999)

O narrador se refere à obra mais importante do padre cronista e historiador Luís Gonçalves dos Santos³, *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Publicada em 1825, segue cronologicamente o período entre 1808 a 1821, cobrindo desde a chegada e instalação de D. João VI no Brasil até as vésperas da Independência, privilegiando as festas e cerimônias ruidosas, disposto a produzir uma imagem do ambiente “civilizado” graças às medidas tomadas por D. João. As pretensões do padre Perereca são claras, conforme mostra seu próprio texto:

³ Nascido no Rio de Janeiro em 1767, o padre Luís estudou com mestres famosos como frei Antônio de Santa Úrsula Rodovalho e Manuel Inácio da Silva Alvarenga. Ordenado em 1794, foi nomeado professor no Seminário da Lapa, em seguida professor de gramática latina e depois nomeado no Senado da Câmara. Foi o primeiro redator do jornal impresso pela tipografia régia. Tornou-se cônego em 1839 e sua aparência física motivou a alcunha pela qual ficou conhecido a vida inteira – Perereca. Faleceu em 1844. Uma das curiosidades de sua vida eclesiástica é o envolvimento numa polêmica do campo dos chamados “padres-políticos” no Brasil da primeira metade do século XIX: tratava-se de uma proposta de abolição do celibato, defendida pelo principal representante do clero regalista, Diogo Antônio Feijó, sob o argumento de moralizar o clero brasileiro. Do lado oposto estavam os representantes do chamado clero ultramontano, entre os quais figurava o padre Luís Gonçalves dos Santos. A polêmica e outros fatos interessantes sobre o clero brasileiro do período pode ser vista em CALDEIRA, 1999, pp. 11-41.

Ofereço, portanto, aos meus nacionais, não a História do Brasil, cuja composição é muito superior às minhas forças, tanto físicas, como morais, e requer as penas de ouro dos Barros, Andradas, e Sosas; mas sim, umas *Memórias*, arrançadas pela ordem cronológica, afim de facilitar aos futuros historiadores os meios de compor a história deste nascente império, achando já coligidos, e formando um só corpo, os fatos, que por ora andam dispersos, em parte desfigurados, e alheios da verdade, ou que ainda não se escreveram, por cujo motivo intitulei *Memórias para servir a história do Brasil*. (SANTOS, 2013, p. 19)

O caráter memorialista da obra do Padre Perereca se recobre da confissão de incompetência para a historiografia, mas se mistura às intenções do cronista e às pretensões de historiador. Como tal ele foi reconhecido, proporcionando ao imaginário brasileiro várias concepções e descrições de episódios do tempo de D. João VI no Brasil, com o apelo das descrições das celebrações que pontuaram os grandes feitos do rei, que incorpora no texto do Padre Perereca formas de ritualizar o poder. Os rituais festivos, especialmente, tornaram-se muito úteis nos regimes absolutistas para as intenções de instrução e civilização de um povo por meio do estímulo a amar e obedecer a seu soberano (BURKE, 1992, p. 17). No entanto, podemos notar na passagem acima uma estratégia narrativa facilitadora para a compreensão e a assimilação pelo leitor dos fatos narrados. O ponto de vista se adequa ao tom de intimidade para, ao mesmo tempo em que exalta a simplicidade do relato, ao preferir o título de *Memórias*, não deixa de chamar para si o pioneirismo da iniciativa e a base para futuros historiadores. Ao contrário do que afirma o narrador de *Casa velha*, não se trata de obra medíocre. A formação do autor das *Memórias para servir a história do Brasil* não autoriza o leitor desavisado a acreditar na classificação imposta pelo narrador da novela e transferir a mediocridade para o papel do sacerdote na carreira eclesiástica e na contribuição à historiografia do tempo do rei.

De qualquer modo, a obra do Padre Perereca impulsiona o nosso cônego⁴ que, “metido em brios” leva o leitor a acreditar que seu relato garante algo melhor em termos de autoria e de conteúdo. Apresentado como

⁴ Na hierarquia da Igreja católica, cônego é um sacerdote com vida regrada em catedrais e colégios, com posição acima dos padres, do cura (pároco da catedral) e abaixo de vigário-geral, monsenhor, prelado e bispo.

cônego da Capela Imperial⁵ e, portanto, com certo progresso na hierarquia da Igreja Católica, assumindo funções ligadas à principal catedral do Império, o narrador envelheceu remoendo suas memórias e decidiu contar tudo o que assistiu em sua juventude, dentro de uma família proprietária em 1839.

Vale lembrar que muitos cônegos aparecem nas obras de Machado de Assis⁶, como o cônego da Capela Imperial cujas intenções tentam encaminhar Matias, narrador protagonista do conto Último capítulo, de *Histórias sem data* (1884), ou o protagonista de O cônego ou a metafísica do estilo (de *Várias histórias*, de 1896), que o leitor encontra em pleno idílio psíquico durante a composição de um sermão. Semelhante a todos os padres na ficção machadiana, de qualquer função hierárquica, o nosso cônego não possui “a essência do sacerdócio”, para lembrar as palavras de Raymundo Faoro⁷.

Provocado pelos fantasmas da memória da juventude, quando não tinha relevância eclesiástica, e motivado pelo resultado da escrita de outro membro da Igreja, nosso narrador parece admitir que, se outro cônego escreveu memórias e foi alçado à categoria de cronista e historiador, nada mais justo que registrar os fatos que somente um cônego supostamente mais talentoso saberia revelar. Ao colocar em prática a sua crônica particular, o narrador de *Casa velha* julga reparar a “mediocridade” do Padre Perereca, porém esconde as verdadeiras intenções que são imediatamente deduzidas pelo leitor. O velho cônego precisa narrar para sanar a vaidade, ainda que corra o risco de expor a falta de sentido de seu ofício ou a ausência de vocação literária. Assim, pensa em deixar alguma “história de exemplo” bem traduzida em narrativa de detalhes escabrosos da vida de uma família rica, embora a narrativa seja recoberta de intenções mais nobres, tanto no tempo da narração quanto nos fatos narrados no retorno a 1839.

⁵ Trata-se da Igreja Nossa Senhora do Carmo (ou Antiga Sé), sede da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro até 1976, localizada na Praça XV, ao lado do Convento Do Carmo. De Capela Real, no tempo de D. João VI, a igreja passou a Capela Imperial após a Independência. Foi sede da sagração dos Imperadores D. Pedro I (1822) e D. Pedro II (1841), além do casamento da Princesa Isabel com o Conde D’Eu (1864).

⁶ Não obstante a incidência de personagens, há semelhanças com obras anteriores a *Casa velha* na sua intriga, conforme detalhou John Gledson (1986, pp.26-57).

⁷ “Todos os padres de Machado de Assis, sejam missionários ou intrigantes, sinceros defensores da fé ou homens seduzidos pela carreira eclesiástica, não possuem a essência do sacerdócio.” (FAORO, 2001, p. 238).

A perspectiva da narração na novela é a do jovem padre, agregado de uma casa na qual a proteção da proprietária representava a ele um meio de vida intelectual e, por que não dizer, de vida material futura. Ao escrever uma obra à altura de um membro da Igreja brasileira, uma história do Primeiro Reinado, ele passa a recolher documentos, até obter a informação de que a casa de um falecido ministro de D. Pedro I poderia conter livros e manuscritos valiosos, numa biblioteca reservadíssima. Curioso, fascinado e dominado pela aristocrática residência localizada nos arredores da cidade, o padre consegue, através das recomendações de um sacerdote mais idoso, a permissão da viúva do ex-Ministro. Visita a biblioteca diariamente e, além de fuçar papéis para o suposto livro, ousa investigar lembranças, refletir e intervir sobre a vida dos moradores da casa. Nela residem, a saber, a chefe da família, D. Antônia, seu único filho Félix e uma razoável quantidade de comensais e agregados, do padre Mascarenhas à jovem Lalau, que muito impressiona o padre narrador, embora este não confesse de início.

Entre as intenções historiográficas do jovem padre no tempo dos fatos narrados, não se pode deixar de notar certa semelhança com as pretensões de Bento Santiago, reveladas no início de *Dom Casmurro*. Ambos os memorialistas pulam de um gênero a outro, da memória à historiografia, mas acabam escrevendo sobre si mesmos. Contudo, a maior coincidência entre eles é a intenção (mais leve com o narrador de *Dom Casmurro*) de inferiorizar a obra do Padre Perereca. Bentinho justifica seus propósitos, em 1899:

Quis variar, e lembrou-me escrever um livro. Jurisprudência. filosofia e política acudiram-me, mas não me acudiram as forças necessárias. Depois, pensei em fazer uma “História dos Subúrbios” menos seca que as memórias do Padre Luís Gonçalves dos Santos relativas à cidade; era obra modesta, mas exigia documentos e datas como preliminares, tudo árido e longo. Foi então que os bustos pintados nas paredes entraram a falar-me e a dizer-me que, uma vez que eles não alcançavam reconstituir-me os tempos idos, pegasse da pena e contasse alguns. (MACHADO DE ASSIS, 1992b, p. 810)

O narrador confessa estar “assentando a mão” para uma obra importante – na qual poderá realmente contribuir intelectualmente para a história de seu meio – e a narrativa das memórias completaria a satisfação de “reconstituir os tempos idos”. Ao alternar arrogância genuína disfarçada e falsa modéstia ostentada, Bentinho alcança grandes resultados, abrindo uma diferença razoável entre o seu ponto de vista e o do velho cônego no que

diz respeito à manipulação dos recursos para enredar o leitor e garantir uma posição superior, de absoluto comando e domínio dos fatos. As diferenças se reforçam com um detalhe do ponto de vista em *Casa velha*: o velho cônego regula a perspectiva com a do visitante que, alçado à condição de agregado, deseja a posição de conselheiro da viúva, a chefe da família. A narrativa se torna, portanto, uma espécie de relatório desse esforço que cumpriu etapas. Durante a leitura estamos acompanhando um processo de ascensão social pela perspectiva do próprio indivíduo que se sujeita ao caminho a percorrer. No momento em que narra, muito distante do longínquo 1839, o velho cônego não se refere ao percurso como tal, muito menos menciona sucesso na contribuição como religioso, seja para a Igreja, seja para a historiografia. A abertura da novela só se refere ao narrador como “velho cônego da Capela Imperial”, seu único ponto de chegada reconhecível.

2 Achaque e repressão dentro de casa

O cônego memorialista mostra as suas impressões e as justifica com método, ao falar de um romance adolescente, para o qual contribuiu no naufrágio, além de se esmerar nas descrições das posses e do poder da família que ele passa a frequentar quando contava por volta dos 32 anos, “no meio do caminho da vida”. Com uma referência vaga a Dante Alighieri, o narrador quer colocar o leitor a par dos acontecimentos mais significativos de sua vida. Interessa ressaltar, por meio das sublimações impostas pela narrativa, o gosto do narrador pela proximidade e pela intimidade com a casa, motivado pela importância desta (que sobrevive ao dono, o ministro) e, principalmente, as estratégias para efetivação da empresa, uma espécie de “coroação” ou “grande arremate” na carreira eclesiástica.

A casa é descrita no início da novela como “uma edificação sólida e vasta, gosto severo, nua de adornos”, com “dois portões enormes, um especial às pessoas da família e às visitas e outro destinado ao serviço, às cargas que iam e vinham, às seges, ao gado que saía a pastar”. Havia ainda a capela da casa, para a qual um caminho “dava acesso às pessoas da vizinhança, que ali iam ouvir missa aos domingos, ou rezar a ladainha aos sábados.” (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 999). A imponência e austeridade (confirmadas pela referência ao nome Casa velha pelo próprio filho da casa, o jovem Félix) são destacadas no relato da primeira visita do jovem padre à casa, convidado para o almoço após a missa na capela:

A verdade é que me sentia tolhido. Casa, hábitos, pessoas davam-me ares de outro tempo, exalavam um cheiro de vida clássica. Não era raro o uso da capela particular; o que me pareceu único foi a disposição daquela, a tribuna de família, a sepultura do chefe, ali mesmo, ao pé dos seus, fazendo lembrar as primitivas sociedades em que florescia a religião doméstica e o culto privado dos mortos. (...) Com efeito, a casa era uma espécie de vila ou fazenda, onde os dias, ao contrário de um rifão peregrino, pareciam-se uns com os outros; as pessoas eram as mesmas, nada quebrava a uniformidade das coisas, tudo quieto e patriarcal. (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1001)

Embora escreva sobre o tolhimento, a meticulosidade eclesiástica do narrador pode esconder o fascínio pela solidez e austeridade da casa que permaneceu ao tempo, preparando uma descrição velada do privilégio de frequentar capela, mesa e biblioteca, logo na primeira visita, intensificando o efeito do relato da participação do padre na vida dos moradores durante o período de sua pesquisa. Assim, a narrativa funciona, no final da vida do cônego, como uma conclusão bem ornada no balanço de suas relações pessoais e de suas atividades como conselheiro de almas incautas. Lembrar dos eventos de abril 1839 muitos anos depois – mesmo abrindo a própria narrativa com “Não desejo ao meu maior inimigo o que me aconteceu (...)” (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 998) – é mais que consolo ou chamativo para certo grau de suspense na narrativa, é um documento eficiente para uma posteridade honrosa, dado o tom organizador da diferença, da distinção da figura do cônego que permaneceria no tempo tanto quanto a austeridade da casa. Se o narrador de *Casa velha* se esforça ao justificar as ações do passado, a proximidade com a postura de outros narradores machadianos se localiza exatamente sobre as ambições de observador da alma humana sem questionamento das próprias contradições, nem das convenções sociais⁸.

⁸ Guardadas as proporções, evidentemente, a curta narrativa do cônego e os sete volumes deixados pelo Conselheiro Aires podem ser aproximados pelo desejo de registro de uma memória, pautado pela falta de garantia de uma posteridade honrosa, determinante do ato de narrar nos dois casos. Sobre algumas “conclusões” comuns ao padre e ao ex-conselheiro em seus estudos sobre as pessoas, é tentador destacar a frase do narrador de *Casa velha*, a respeito de Lalau: “(...) a vaidade, insuportável nos homens, era na mulher um pecado tanto pior quanto lhe ficava bem.” No *Esau e Jacó*, cuja autoria é supostamente de Aires, aparece uma releitura (na verdade, uma “citação” de frase que estaria nos diários do Conselheiro, o *Memorial de Aires*) usada para justificar a preferência pela conversação das mulheres:

O cônego narrador envolve-se na situação surgida a partir da paixão nascente entre Félix e Lalau. A menina, órfã desde 1831, havia sido educada por D. Antônia que, apesar do afeto pela moça, não aceitava o casamento dos jovens, mesmo com a advocacia do padre, investindo no acerto da união e, de certa forma, apostando na “correção” do destino da órfã “malnascida”, porém familiarizada com os bons costumes. Como último argumento contrário à aliança, D. Antônia chega a insinuar que Lalau seria filha de um caso entre o ministro e a mãe da jovem. O sacerdote relata o infortúnio para os dois supostos irmãos enamorados, mas descobre depois que o ministro conheceu a amante após o nascimento de Lalau. Ao levar a notícia para D. Antônia, a viúva fica impressionada, pois sua insinuação havia sido um blefe, uma invenção capaz de motivar o padre a apoiar sua decisão de separar os jovens. O padre tenta persuadir a proprietária a fazer justiça ao amor dos jovens, mas D. Antônia sabe colocar todas as pessoas em seus lugares, oprimindo vontades, sentimentos, pretensões que não estejam sob sua tutela. Mesmo com a verdade revelada, Lalau recusa a ideia de se casar com Félix, filho do homem que havia desonrado a mãe. Ela se casa com o filho do segeiro e Félix esposa Sinhazinha, uma herdeira de fazendas do Sul, frequentadora da casa. No final do relato, o narrador comenta: “Se ele e Lalau foram felizes, não sei; mas foram honestos, e basta.” (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1044)

Pontuam o relato a tranquilidade e a segurança do cônego diante do sentido supostamente correto tomado pelos acontecimentos, além da certeza de ele ter participado adequadamente das situações. As atitudes do padre no passado estiveram voltadas exclusivamente para os seus interesses, mas não são inteiramente confessadas pelo cônego narrador. Manter o projeto de escrever a história de um imperador certamente daria ao sacerdote credenciais para logo estar mais íntimo da dona da casa, o que irá acontecer não muito tempo depois de o narrador ter tomado conhecimento da estirpe de D. Antônia e de ter traçado o mais agradável dos pareceres sobre ela:

“Na mulher, o sexo corrige a banalidade; no homem, agrava.” (MACHADO DE ASSIS, 1992d, p. 986). Percebe-se, no romance posterior, a atenuação do teor corrosivo da frase utilizada na novela. Embora as duas sentenças sejam abominavelmente idealizadas por homens que fingiam não entender as mulheres, preferindo nutrir desprezo pela inteligência ou qualquer fator positivo feminino, percebe-se a cruzeza e restrição do primeiro caso (preso à classificação de pecado para a vaidade) e a capacidade de lisonjear as mulheres (valorizando os predicados do sexo feminino), ainda que se destaque a banalidade das mesmas.

(...) em todo o ministério do marido, apenas duas vezes foi ao paço. Era filha de Minas Gerais, mas foi criada no Rio de Janeiro, naquela mesma Casa velha, onde casou, onde perdeu o marido e onde lhe nasceram os filhos, - Félix, e uma menina que morreu com três anos. A casa fora construída pelo avô, em 1780, voltando da Europa, donde trouxe ideias de solar e costumes fidalgos; e foi ele, e parece que também a filha, mãe de D. Antônia, quem deu a esta a pontazinha de orgulho, que se lhe podia notar, e quebrava a unidade da índole desta senhora, essencialmente chã. (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1001)

Não bastasse essa confissão de simpatia e uma inconfessada adesão à simplicidade aparente da autêntica patriarca de saias, o cônego inclui no seu relato uma história curiosa, narrada pela própria senhora, resumo não declarado (nem por ela, nem pelo narrador) de sua personalidade. A fala se refere ao episódio vivido por D. Antônia, sua primeira visita ao Paço:

- Saí de casa tremendo. Era dia de gala, ia trajada à corte; pelas portinholas do coche via muita gente olhando, parada. Mas quando me lembrava que tinha de cumprimentar o imperador e a imperatriz, confesso que o coração me batia muito. Ao descer do coche, o medo cresceu, ainda mais quando subi as escadas do paço. De repente, lembrou-me um dito de meu avô. Meu avô, quando aqui chegou o rei, levou-me a ver as festas da cidade, e, como eu, ainda mocinha, impressionada, lhe dissesse que tinha medo de encarar o rei, se ele aparecesse na rua, olhou para mim, e disse com um modo muito sério que ele tinha às vezes: “Menina, uma Quintanilha não treme nunca!” Foi o que fiz, lembrou-me que uma Quintanilha não tremia, e, sem tremer, cumprimentei Suas Majestades. (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1002)

A referência aos Quintanilha se mistura à pompa da festividade do Primeiro Reinado não somente porque é retomada de outro evento utilizado para afirmar a imagem de um soberano (o rei D. João VI), mas especialmente por causa da máxima do avô de D. Antônia. Percebemos que a casa carrega a estirpe da família mineira da mulher, e o fato de ter vivido ali um ministro de Estado é adjetivo – quase como sua biblioteca constitui mera desculpa para o padre se infiltrar nos domínios de D. Antônia – e a união faz sentido para a continuidade da importância dos proprietários. A Casa velha é reservatório dos hábitos coloniais que precedem a história imperial brasileira, por isso a lembrança do avô Quintanilha remete à importância da família, que soube impor sua altivez diante do maior símbolo do poder, a família real portuguesa.

Assim, a lembrança do avô reforça em viés de lição para o jovem padre que os rituais repetidos pelas celebrações e festas comportavam, de fato, instrumentos para a composição de um imaginário de reinado, que incluía a figura do soberano. Porém os Quintanilha, com prováveis origens castelhanas, com um ramo em Portugal desde o início do século XVI (VASCONCELLOS, 1928, p. 59), perpetuam o ensinamento de que nunca houve nem haverá construção de nobreza ou valores ligados ao poder que se sobreponham à força de um nome de família tradicional (embora plebeia) no Brasil.

Ao passar a palavra para a dona da casa, a narrativa tenta representar a atitude muito adequada do padre às intenções de bajulação. A passagem reproduz um episódio que não apenas desvenda a posição social que a família ocupava, como também dispõe em cena o desejo da autoridade em formação. No embalo da determinação exposta no fragmento, e de modo oportunista, o padre revela o sucesso de suas atitudes na casa. Em determinado momento, o narrador não nos poupa de declarar que “deixara a melhor impressão em todos” (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1003). Mais adiante, durante um aparente embate ideológico que surgirá entre o padre e D. Antônia, não se configura nenhum desejo do narrador de ruptura com o conservadorismo – ele acena, no máximo, para a conciliação. A argumentação torna-se poderosa aliada da capacidade de resistência dos valores da classe dominante. Nota-se, contudo, a viva predisposição do narrador em ressaltar seus méritos (e transformá-los de uma “melhor impressão deixada” para a força do debatedor), ao tonalizar cuidadosamente seus encontros com a dona da casa:

Creio que, depois da morte do marido, era a primeira pessoa que lhe fazia frente. Olhou-me espantada. Estava tão acostumada a governar ali, naquele mundo insulado, sem contraste nem advertência, que não podia crer em seus ouvidos. O Padre Mascarenhas dissera-lhe uma vez, ao almoço, que ela era a imperatriz da Casa velha, e D. Antônia sorriu lisonjeada, com a ideia de ser imperatriz em algum ponto da terra. Não batia com o cetro em ninguém, mas estimava saber que lho reconheciam. (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1022)

Sem perder tempo, ainda na primeira visita, o padre conhece Félix, futuro dono da casa, e toma o cuidado de agir adotando a aproximação imediata e a “atenção redobrada”, sempre confessando como motivo o projeto historiográfico, merecedor da redobrada atitude para “captar toda a afeição da casa” (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1002). O acesso

facilitaria a pesquisa na biblioteca e daria permissão para ler tudo que houvesse ali, incluindo os papéis do falecido ministro, tudo justificado pelo nobre propósito de escrever um livro.

É fácil concluir que a obra para a qual as pesquisas do padre contribuem nunca existirá, tamanha a confusão e a demonstração da superficialidade intelectual. Ao sublimá-la no relato, contudo, o cômico não revela seus efeitos positivos ou negativos sobre os personagens. O máximo que faz é realçar a própria sensibilidade e oferecer provas de um conhecimento de segunda mão:

Lalau não ia à biblioteca; um dia, porém, atreveu-se a entrar às escondidas, e foi ter comigo. Suspendi o trabalho, e conversamos perto de meia hora, sobre uma infinidade de coisas, presentes e passadas. Eram mais de onze horas; o dia estava quente, o ar parado, a casa silenciosa, salvo um ou outro mugido, ao longe, ou algum canto de passarinho. Eu, com os estudos clássicos que tivera, e a grande tendência idealista, dava a tudo a cor das minhas reminiscências e da minha índole, acrescentando que a própria realidade externa, - antiquada e solene nos móveis e nos livros, recente e graciosa em Lalau, - era propícia à transfiguração. (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1011)

Restava ao padre contar como fora capaz de seduzir a agregada Lalau para completar o seu exercício de exaltação da própria imagem ou sua prova de fogo na função assumida naquele espaço e tempo tão apropriados para assegurar a confiança e, por conseguinte, alcançar a proximidade da autoridade. Assim, a mocinha que corria atrás do pavão, sobrinha da “hóspeda vulgar”, no dizer do narrador ao início do relato, torna-se, neste momento, motivo de contemplação do padre, quando ele percebe a intimidade da moça com a casa e a dedicação de D. Antônia na educação da menina:

Contemplei-a alguns instantes com infinito prazer. Fiei-me do caráter de padre para saborear toda a espiritualidade daquele rosto comprido e fresco, talhado com graça, como o resto da pessoa. Não digo que todas as linhas fossem corretas, mas a alma corrigia tudo. (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1008)

Lalau andava na própria sege de D. Antônia, vivia do que esta lhe dava, e não lhe dava pouco; em compensação, amava sinceramente a casa e a família. Tendo ficado órfã desde 1831, D. Antônia cuidou de lhe completar a educação; sabia ler e escrever, coser e bordar; aprendia agora a fazer crivo e renda. (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1009)

Herdeira da condição de agregados dos pais falecidos, Lalau dividia seu tempo entre a propriedade e a casa de uma tia. D. Antônia compensava a perda de uma filha com a educação da menina, e nada mais que isso. Impressionado com a vivacidade da moça, o padre imediatamente revela a desconfiança sobre Lalau e Félix estarem enamorados, para dar a entender que havia percebido o afeto tão logo viu os dois juntos. Também ressalta a ausência de condenação e a sobra de contentamento, satisfação e aprovação que se apossam dele. Em seguida, surgem preocupações com as intenções do filho do ministro, baseadas em histórias da casa, comportamentos sociais da época e, sobretudo, na fascinação torpe por aquele ambiente, reverência norteadora da narrativa.

Com ares de José Dias, agregado que procura alertar Dona Glória sobre a amizade entre Bentinho e Capitu em *Dom Casmurro*, o padre narrador deixa escapar os interesses em jogo, que incluem um tabuleiro de posições pré-determinadas e peças (pessoas) com chances muito restritas de mudar de posição. Julgando-se apto a participar do cenário e a movimentar peças, o padre chega a dizer que lhe causou dor a suposição de que Félix se envolvera com Lalau, afirmando que não alcançava exprimir a sensação. O cônego narrador conjectura e finge inabilidade e pesar para admitir uma possibilidade, quando pensa o pior – e não nos referimos aos possíveis sentimentos entre os dois jovens, mas à suposição do padre, voltada para o objetivo de provar seu valor e de ocupar um lugar mais importante que o de Lalau.

Há no perfil do cônego algo de pernóstico de sujeito que não possui meios de vida e vibra com a cultura dos senhores na sua adesão a esta, esquecendo suas origens e seu lugar, conforme assinalou Roberto Schwarz ao analisar as ações de José Dias, o agregado que se esfalfava para manter a confiança dos senhores, a adesão aos valores e a representação de um perfil social particularmente caro à cultura brasileira em *Dom Casmurro*:

Há um lado abjeto nessa adesão, pois as delícias que ela proporciona, compensando em imaginação o desvalimento social efetivo, excluem a revolta, a formação do critério próprio e a reflexão a respeito. Mas há também um lado astuto, já que a identificação visceral com os proprietários representa uma vantagem relativa, sobretudo na competição com os demais candidatos à proteção (...). É como se nas circunstâncias brasileiras se apurasse e viesse à linha de frente uma dimensão de privilégio que nas sociedades europeias, com trabalho livre e cidadania menos precária, podia parecer inessencial, superada

ou assunto de opereta, sem prejuízo da vigência profunda: o aspecto encasacado, melhor-que-os-outros, antidemocrático, ou, em suma, o laço de origem entre a liberdade e a propriedade burguesa – que fala ao coração de José Dias – existe e até hoje não se esgotou por completo em parte alguma. (SCHWARZ, 1997, p. 23)

O cônego narrador deseja reforçar os valores que parece defender, apelando para seus leitores:

As pessoas de meu temperamento entender-me-ão. Bastou que uma ideia se me afigurasse possível para que eu a acreditasse certa. Vi a menina perdida. Não houvera ali uma agregada, seduzida em 1835 por um saltimbanco, como me dissera D. Antônia? Agora não seria um saltimbanco, mas o próprio filho da dona da casa. E assim explicou-se-me a teima de D. Antônia em arredar o filho do Rio de Janeiro, comparada com a afeição que tinha à menina. Refleti na distância social que os separava: Lalau era admitida na intimidade da família, mas o rapaz, filho de ministro e aspirante a ministro, e mais que tudo filho de casa-grande, tendo herdado o sangue do bisavô, tão orgulhoso nas veias da mãe, reservar-se-ia para algum casamento de outra laia. Como, porém, ela era bonita, e a natureza tem leis diferentes da sociedade, e não menos imperiosas, Félix achara um modo de conciliar umas e outras, amando sem casar. (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1015-1016)

A identificação com o leitor é cavada de modo esperto: “as pessoas” de mesmo temperamento do narrador serão provavelmente católicas, exaltadoras do bem, da conciliação, que encontram no Evangelho “um motivo anterior e superior a todas as convenções humanas” (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1016). Com isso, o cônego segue justificando a ação de D. Antônia de afastar os moços. Na passagem acima, mesmo “refletindo na distância social” que separava os jovens, o narrador prefere concordar com uma ordem preservada pelos moradores da casa, permanecendo fiel aos mantenedores do futuro lustro sobre seu nome, do provável estado de exceção granjeado com a obra historiográfica pronta ou com a assiduidade doméstica consentida. Parcial e desprovido de qualquer isenção, o discurso, contudo, se faz de modo a parecer o contrário. Embora tenhamos aqui um narrador querendo alcançar uma posição, ou pelo menos um privilégio, seu modo capcioso difere do relato de Bento Santiago, de Brás Cubas e do conselheiro Aires pelo fato de não ter conseguido assegurar (nem tampouco ter nascido

sob) o estado de “acima do bem e do mal”. Imaginemos se Machado de Assis tivesse oferecido a pena a José Dias – promovido a narrador, como se comportaria o agregado? *Casa velha* pode ter sido uma experiência narrativa disposta a oferecer o comando a um obscuro membro da Igreja, cuja maior qualificação alcançada é modesta, embora ligada à aderência aos valores dos senhores, da classe proprietária, e cujo relato é composto para justificar a existência de tais valores e de quem se julgue curador ou tutor dos mesmos.

Machado criou personagens à cata de privilégio e confiança, conforme pudemos apontar na comparação entre nosso cônego e José Dias, de *Dom Casmurro*. Vale lembrar, ainda, o conto O caso da vara (publicado na *Gazeta de Notícias* em 1891 e na coletânea *Páginas recolhidas*, de 1899), em que o protagonista Damião prefere compactuar com a violência do castigo em chibatadas sobre a menina Lucrecia, arrebatando a confiança de Sinhá Rita, para prosseguir no intento de obter desta um favor, do que seguir com o propósito (aventado pelo protagonista, no início do conto) de defender a pequena, caso conseguisse cair em graça da senhora. Se pudéssemos estabelecer uma escala, à época dos fatos o padre estaria entre José Dias (um agregado esforçando-se para manter o privilégio alcançado) e Damião (um jovem em meio à primeira lição sobre os valores do interesse e do favor), passando a sustentar uma aparente imperícia e especialmente caracterizado por estar no comando da narrativa, a saber, narrando em primeira pessoa seu próprio drama moral, no presente do relato.

As atitudes do padre para defender a união entre Félix e Lalau não atingem em profundidade as razões da viúva (cuja autoridade impõe, sob forma de acordo, o destino de seus protegidos), mas sabem disfarçar essas razões, sobretudo, começando pelas intenções expressas no discurso:

Compus cinco ou seis planos diferentes, alguns absurdos. O melhor deles era avisar a tia da menina; mas rejeitei-o logo por achá-lo odioso. Em verdade, ia dissolver laços íntimos, a título de uma suspeita, que apenas podia explicar a mim mesmo. E, se era odioso, não era menos imprudente; podia supor-se que eu cedia a um sentimento pessoal e reprovado. Rejeitei da vista esta segunda razão, mas atirei-me à primeira, e dei de mão ao plano.

O melhor de tudo, refleti finalmente, é observar e fazer o que puder, segundo as circunstâncias, mas de modo que evite estralada. (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1016)

Convém observar que, na cronologia dos fatos narrados, o padre não fez nada num considerável tempo de dias seguintes à reflexão, justificando o afastamento com compromissos eclesiásticos e uma constipação. É possível ter desabrochado, durante o recolhimento, o sentimento confuso entre simpatia, inveja, amizade e amor que o padre passa ter por Lalau, diante do “rasgo pueril” e da capacidade da menina em ter conseguido, a despeito de suas origens, um lugar na casa. Mas é muito provável que o narrador não tenha relatado a própria dúvida, a hesitação entre a contribuição efetiva com a inserção permanente de Lalau na casa e a abstenção, em favor da ordem interna – e da assimilação de um “padre e estimação”. A posição da moça fascina o padre, portanto merecerá sua proteção e um gasto significativo de erudição eclesiástica, num primeiro momento, a favor dos futuros herdeiros da casa. Todavia, quando a situação se resolve com a separação de Félix e Lalau, graças ao brio e obediência da moça, o modo conformado do narrador com a “honestidade” dos dois revela o cálculo, ou melhor, o esforço mal calculado na defesa dos namorados, e enfatiza a sujeição às convenções humanas e sociais – se não superiores, definitivamente igualadas aos ensinamentos do Evangelho.

A honestidade se refere à obediência a uma ordem em que “a preeminência dos motivos católico-familiares empurra para uma decorosa clandestinidade as razões estritamente individuais” (SCHWARZ, 1997, p. 19), ou seja, o encantamento da figura e a conduta relativamente livre da moça Lalau passam a segundo plano. No fundo, o padre passa boa parte da vida dosando o exercício da vaidade e a adequação às regras do mundo adentrado, vacilando entre os dois comportamentos, assim como saltitava entre uma posição filosófico-literária e outra, quando “demonstrava” sua educação clássica. Ao final do percurso, compactua com a opressão da nova ordem, que viria com o casamento de Lalau com o herdeiro Félix.

Para John Gledson,

Lalau (...) elimina a separação entre senhor e escravo – algo que não pode ser tolerado. Ela é um elo vital numa cadeia que não pode ser formada, embora se aproxime perigosamente da formação. (GLEDSON, 1986, p. 41)

O comentário se dirige sobretudo à passagem em que a moça defende o velho sineiro de dois moleques que o atormentavam. Embora seja complicado falar em intenções machadianas unindo dependentes e

escravos, como faz Gledson, é possível ver em Lalau tanto as manifestações de independência quanto a simpatia pelos inferiores. A liberdade de Lalau, em suma, não ia de acordo com os códigos da casa.

Não obstante os retratos precisos das personagens traçados pelo narrador e o desenvolvimento do enredo (o desfecho da história é o afastamento da moça órfã e de classe inferior da vida da família), o crescimento do papel do clérigo na Casa velha se sobressai entre todas as trajetórias: sua “timidez” quando se impressionara com a capela particular, a tribuna da família e a sepultura do ministro é transformada em autoconfiança de aliado da proprietária e conselheiro do filho desta. Contudo, o padre não chega a ser conciliador dos interesses – não exerce poder algum sobre as decisões. Numa expressão, ele não “compõe a situação” conforme tinha pressa em fazer, deixando todos felizes após a descoberta do bilhete do finado ministro, com as palavras que o livravam da paternidade de Lalau.

Embora tenha alcançado o status de confidente da dona da casa, o padre não influencia a viúva, por mais cálculo que mantenha (e não há muito) escondido atrás das intenções historiográficas. A vibração especial pela família de D. Antônia e a intimidade conquistada parecem indenizar o fracasso da pesquisa e da obra planejada, no entanto ao narrador não é concedida a perpetuação do nome pela sabedoria. Embora lampejos de lucidez apareçam, como na descoberta do bilhete do ministro, o cônego não admite no relato a visão do conjunto, a consciência da rigidez dos limites na ostentosa Casa velha. Se, nesse sentido, suas intenções conciliadoras são arruinadas, assim como as pretensões de historiador, por outro lado ele parece muito feliz arrematando com propósitos evangélicos o domínio de D. Antônia – passando por cima da “calúnia” levantada por ela sobre o possível incesto entre Félix e Lalau – e a sobrevivência absoluta do destrutivo poder patriarcal.

Mesmo tendo causado a melhor das impressões, mesmo afrontando D. Antônia, o padre e sua capacidade argumentativa caem frente às regras da casa e de uma classe. Conciliação de valores, revoluções de costumes, tudo se apequena diante da autoridade e da conservação, imediatamente assimiladas pela narrativa. O relato do embate é muito esclarecedor. O padre quase demonstra ingenuidade ao se sentir capaz de contaminar a senhora com as ideias de novos tempos, no entanto ele recebe o relatório circunstanciado sobre as posições que cada membro ocupa na casa:

- Realmente, não sei que ideias entraram por aqui depois de 31. São ainda lembranças do Padre Feijó. Parece mesmo achaque de padres. Quer ouvir por que razão não podem casar? Porque não podem. Não lhe nego nada a respeito dela; é muito boa menina, dei-lhe a educação que pude, não sei se mais do que convinha, mas, enfim, está criada e pronta para fazer a felicidade de algum homem. Que mais há de ser? Nós não vivemos no mundo da lua, Reverendíssimo. Meu filho é meu filho, e, além desta razão, que é forte, precisa de alguma aliança de família. Isto não é novela de príncipes que acabam casando com roceiras, ou de princesas encantadas. Faça-me o favor de dizer com que cara daria eu semelhante notícia aos nossos parentes de Minas e de São Paulo?
- Pode ser que a senhora tenha razão; é achaque de padre, é achaque até de Nosso Senhor Jesus Cristo, que nasceu nas palhas...
- Sim, senhor; mas nesse caso que mal há em casar com o Vitorino? Filho de segeiro não é gente? Diga-me! Para que ela case com meu filho, Nosso Senhor nasceu nas palhas; mas para que case com o Vitorino, já não é a mesma coisa... Diga-me! (MACHADO DE ASSIS, 1992a, p. 1022)

A passagem é sensível ao captar vários fragmentos da história de uma família de posses que atravessa os séculos e os dirigentes do país, ampliando o alcance da metáfora da Casa velha como repositório dos valores sociais de seu tempo e da permanência dos mesmos. Nesta altura da novela (final do capítulo V), se a posição de D. Antônia é forçosamente soberana, suas falas refletem um controle ainda maior sobre as coisas e as pessoas, além da sua técnica de negociação, mesmo quando sua posição parece abalada. Assim, quando essa senhora se apieda de si mesma afirmando sofrer uma conspiração, é capaz de mudar o tom em seguida para culpar as ideias progressistas de padres influenciados pelo ex-Regente. O desabafo continua no modo autoritário de D. Antônia defender o filho, em seguida de salvaguardar as alianças entre famílias ricas e a imagem entre a parentela. D. Antônia coloca o padre em seu lugar explicando que sua casa não é espaço para contos de fadas (que não existem), nem para a humildade de Jesus Cristo (que fica de fora das relações da família).

A mulher confessa, ainda, que a ideia de casar a menina Lalau era um modo de vingar-se da jovem, revelando sua perversa forma de se livrar da “dificuldade”. A narrativa antecipa a crueldade maior e desdobrada que virá na segunda metade da novela, o estratagema que D. Antônia utiliza para impedir a união entre Félix e Lalau – a mentira sobre Lalau ser filha do ministro – que, naufragada como trama falsa, rende vitória para a dona da casa pela verdade que contém, ligada à vingança. Uma Quintanilha não treme,

não desiste e não perde nunca. Para convencer o padre a se tornar aliado, D. Antônia não se esforça muito, apenas utiliza a frase quase implorativa: “Em todo caso, não seja contra mim”. O padre atenderá. Chega a confessar que pediu perdão em meio a um sorriso, antes de ter um gesto de pesar e se desculpar novamente, o que se repetirá até o capítulo X. Descoberta a mentira sobre a paternidade de Lalau, a viúva também não se esforça para afastar de vez a menina, que não julga decente estar com o filho do amante da mãe. D. Antônia havia educado Lalau, portanto sabia qual seria a decisão da jovem.

Com propósitos definidos desde o início sobre uma reviravolta no destino traçado por D. Antônia para os jovens, tolhida a possibilidade de oferecer à história de amor um final de acordo com o imaginário “heroico”, resta à narrativa assumir-se como documento da participação do padre na “honestidade” de Félix e Lalau, recuperando quase desesperadamente a influência exercida sobre um desenlace seguindo as regras da decência encobridora de nossas formas de opressão, segregação e preconceito. A narrativa do velho cônego contribui para a fixação desses elementos por meio da aparente impotência e da verdadeira adesão do narrador aos modos abjetos que constituem nossa história social.

Referências

- BURKE, P. *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- CALDEIRA, J. Introdução. In: CALDEIRA, J. (Org.). *Diogo Antônio Feijó*. São Paulo: Editora 34, 1999, p. 11-41.
- FAORO, R. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Azul, 2001.
- GLEDSON, J. Casa velha. In: GLEDSON, J. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 26-57
- MACHADO DE ASSIS, J. M. Casa velha. In: MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra completa II*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992a, p. 998-1044.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. Dom Casmurro. In: MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra completa I*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992b, p. 807-944.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. Esaú e Jacó. In: MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra completa I*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992c, p. 945-1093.

MACHADO DE ASSIS, J. M. Memórias póstumas de Brás Cubas. In: MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra completa I*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992d, p. 511-639.

SANTOS, L. G. dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*: divididas em três épocas da felicidade, honra e glória escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.

SCHWARZ, R. A contribuição de John Gledson / Conversa sobre ‘Duas Meninas’. In: SCHWARZ, R. *Sequências brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, pp.

SCHWARZ, R. A poesia envenenada de Dom Casmurro. In: SCHWARZ, R. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp.

VASCONCELLOS, J. L. *Antroponímia Portuguesa*. Tratado comparativo da origem, significação, classificação e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes, e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje, Lisboa, Imprensa Nacional, 1928.